



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
País: MOÇAMBIQUE
Documento do Projecto

Resultado(s) do UNDAF: 1.5. Estado de direito, acesso à justiça e reforma penal melhorada com ênfase para a segurança pública e humana.

Resultado(s) Esperado(s) do Programa do País: 4.4. Melhoradas as condições de vida nas cadeias e aumentadas as oportunidades de reabilitação.

Produto(s) Esperado(s) do Programa do País:

- 4.4.1. Sistema de Administração prisional unificado e reforçado e aumentada a capacidade dos oficiais das prisões.
- 4.4.3. Serviços de reintegração comunitária reforçados em áreas seleccionadas.
- 4.4.4. Alternativas à prisão desenvolvidas e disseminadas.

Parceiro de Implementação: Ministério da Justiça

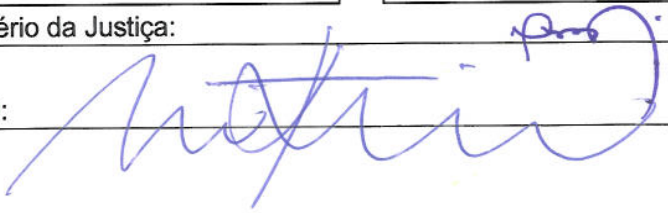
Entidade Responsável: SNAPRI

Descrição do Projecto

O objectivo da assistência técnica e apoio financeiro ao Serviço Nacional de Prisões (SNAPRI) de Moçambique é o de melhorar de forma significativa a eficiência dos serviços prisionais em Moçambique. Isto será, em primeiro lugar, a emenda e alinhamento do quadro legislativo do sistema prisional com a Constituição Nacional e com os princípios universalmente aceites de tratamento de reclusos. Em segundo lugar, o projecto contribuirá para a redução da superlotação nas cadeias e promoverá a reabilitação social com a introdução de alternativas à prisão. O projecto consistirá em duas assessorias técnicas com recursos alocados nas suas respectivas áreas, com base no Serviço Nacional de Prisões, durante seis meses cada, capacitando e dando apoio nas suas respectivas áreas.

<p>Período do Programa: 2009 - 2010 Componente do Programa CPAP: Justiça, Segurança e Estado de Direito Título do Projecto: Reforço da capacidade nacional e apoio à reforma legal no sector das prisões para uma implementação sustentável Atlas Award ID: EOI-248 Data de início: 01 Abril 2009 Data de Fim: 31 Dez. 2010 Data da reunião do CAP: 10 Fev. 2009</p>	<p>Orçamento anual estimado: 110 000\$</p> <p>Recursos totais alocados: 220 000\$</p> <ul style="list-style-type: none"> • Regular _____ • Outros: PNUD TTF _____ <ul style="list-style-type: none"> ○ Doador _____ ○ Doador _____ ○ Governo _____ <p>Contribuições em espécie _____</p>
--	--

Acordado pelo Ministério da Justiça: _____

Acordado pelo PNUD:  _____



I. FOLHA DE ORÇAMENTO DO PLANO ANUAL DE TRABALHO

Ano: 2009-2010

PRODUTOS ESPERADOS e base de partida, indicadores e metas anuais associados	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Lista dos resultados das actividades e acções associadas</i>	PRAZOS 2009				PRAZOS 2010				RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANEADO		
		T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4		Fonte de financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
Produto 1 Legisladores, parlamentares e parceiros relevantes sensibilizados sobre a necessidade de uma nova legislação prisional Base de partida: Legislação sobre organização prisional de 1955 Indicadores: Conferência realizada Meta: Avaliação das alternativas à prisão apresentadas na conferência	1. Organização de uma conferência nacional sobre a criminalidade, respeito pela vida humana e alternativas à prisão. 2. Organização de reuniões entre o projecto Parlamento e a justiça para uma maior consciencialização dos parlamentares sobre a nova legislação das prisões.	X								UIP	Projecto CE/PNUD	Seminário	US\$ 100.000

PRODUTOS ESPERADOS e base de partida, indicadores e metas anuais associados	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Lista dos resultados das actividades e acções associadas</i>	PRAZOS 2009				PRAZOS 2010				RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANEADO			
		T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4		Fonte de financiamento	Descrição do Orçamento	Montante	
Produto 2 Quadro legislativo do sistema prisional emendado e alinhado com a Constituição Nacional e com os princípios universalmente aceites de tratamento dos reclusos. Base de partida: Legislação sobre Organização Prisional de 1955 Indicadores: Legislação sobre Organização Prisional actualizada Metas: Proposta de legislação submetida ao ministério da Justiça Resultado relacionado no CP: 4.4. Melhoradas as condições de vida nas cadeias e aumentadas as oportunidades de reabilitação	1. Capacitação do pessoal do SNAPRI e harmonização da legislação prisional de acordo com os instrumentos internacionais sobre reclusão - Desenvolvimento de nova legislação sobre a organização prisional com apoio da assistência técnica internacional - Organização de um seminário com parceiros relevantes sobre a revisão da legislação prisional (recolha de informação através de um processo participativo) - Organização de um seminário para apresentação e validação do quadro legislativo proposto			X	X						SNAPRI	PNUD DG TTF	Honorários, de Ajudas de custo, Transporte, 70 000\$	
												PNUD DG TTF	Seminário	20 000\$
									X			PNUD DG TTF	Seminário	20 000\$

PRODUTOS ESPERADOS e base de partida, indicadores e metas anuais associados	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Lista dos resultados e acções associadas</i>	PRAZOS 2009				PRAZOS 2010				RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANEADO	
		T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4		Fonte de financiamento	Descrição do Orçamento
Produto 3 Alternativas à prisão introduzidas em Moçambique	1. Desenvolvimento de nova legislação sobre alternativas à prisão	X	X							SNAPRI	Honorários, Ajudas de custo, Viagens	70 000\$
Base de partida: Alternativas à prisão inexistentes em Moçambique	2. Desenvolvimento de regulamentos para a aplicação das alternativas à prisão			X								
Indicadores: Existência de proposta de legislação e regulamentos para a aplicação das alternativas à prisão	- Estabelecimento da gestão do serviço comunitário e estruturas administrativas para uma fase piloto em distritos seleccionados			X								
Metas: Proposta de legislação e regulamentos para a aplicação das alternativas à prisão submetidas ao Ministério da Justiça	- Desenvolvimento de orientações para identificação			X						PNUD DG TTF		40 000 \$
Resultado relacionado do CP:	3. Formação de implementadores							X			Formação	
4.4. Melhoradas as condições de vida nas cadeias e aumentadas as oportunidades de reabilitação	- Identificação dos implementadores					X						

PRODUTOS ESPERADOS e base de partida, indicadores e metas anuais associados	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Lista dos resultados das actividades e acções associadas</i>	PRAZOS 2009				PRAZOS 2010				RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANEADO		
		T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4		Fonte de financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
Sub-total													220 000 \$
TOTAL													220 000 \$

Handwritten signature

II. ARRANJOS DE GESTÃO

Explicar os papéis e responsabilidades das partes envolvidas na gestão do projecto. Por favor referir-se à "Deliverable Description" Descrição de Serviços (Produtos) para preencher esta componente do "template" (modelo). Utilize o diagrama abaixo, para a composição do Quadro de gestão do Projecto.

O projecto será executado pelo Ministério da Justiça, através da Unidade de Implementação do Projecto já a funcionar neste Ministério. É composta por um coordenador nacional do projecto, um assessor técnico principal e outro pessoal de apoio.

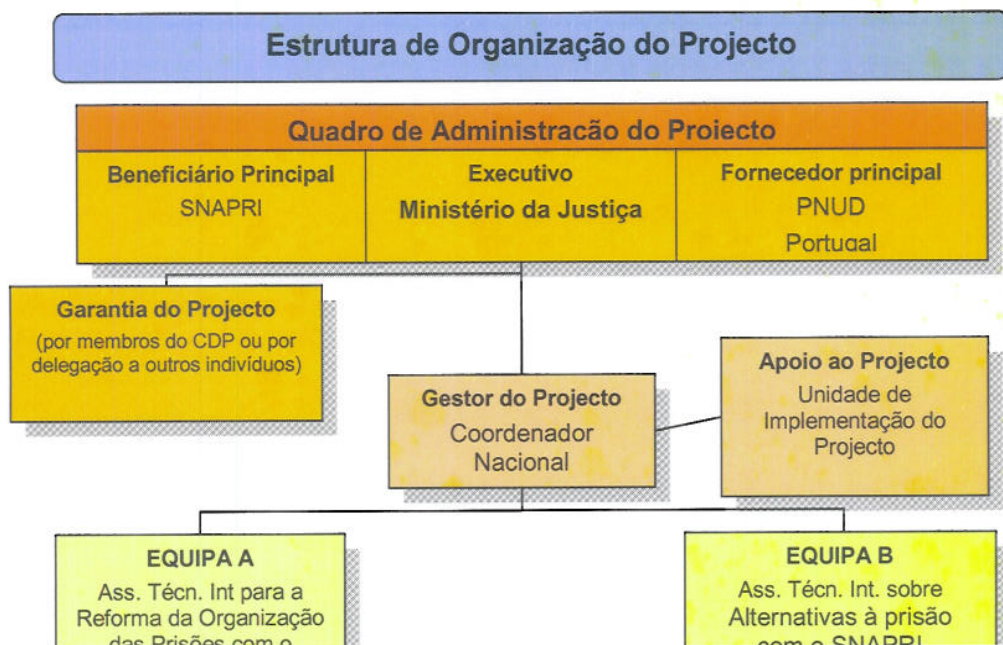
Para assegurar uma implementação harmoniosa das actividades do projecto, a UIP terá encontros regulares com os representantes dos departamentos relevantes do Governo encarregados das áreas abrangidas pelas actividades do projecto. Em particular terá encontros com o SNAPRI e a UTREL com o objectivo de monitorar o trabalho da Assistência Técnica. A Assistência Técnica apresentará regularmente relatórios ao Director do SNAPRI, que por seu turno partilhará com o Coordenador do Projecto.

Haverá um Comité Directivo do Projecto composto por representantes das seguintes organizações: Ministério da Justiça, incluindo o Departamento de Prisões, UTREL, representantes das instituições de colocação, do PNUD e de Portugal, assim como de organizações relevantes da sociedade civil. Portugal é o doador do DGTTF para os PALOP. Este País esteve envolvido na identificação da área de apoio, formulação da Manifestação de Interesse (Eol) e do projecto, forneceu contributos relevantes durante o Comité Local de Avaliação do Projecto (LPAC), e de igual modo continuará a ter um papel especial na monitoria do projecto, como parte do Comité Directivo.

O Comité Directivo do projecto reunirá pelo menos uma vez ao ano. Será responsável pela supervisão geral do Projecto, monitoria do progresso e tomada de decisões que surjam durante a implementação. O Comité Directivo do Projecto deve aprovar os planos anuais. A selecção de consultores e empreiteiros baseada nos termos de referência aprovados é da responsabilidade do Coordenador Nacional do Projecto.

O Projecto estará em articulação e será complementar ao programa geral de cooperação bilateral do Governo português

O Governo de Moçambique e o PNUD são responsáveis pela monitoria e avaliação das actividades do projecto. A Unidade de Implementação do Projecto irá submeter ao Ministério de Justiça e aos doadores relatórios trimestrais das actividades do projecto e resultados (relatórios qualitativos). Haverá uma reunião anual de revisão para discutir os relatórios anuais de progresso. No fim do Projecto, a Unidade de Implementação do Projecto submeterá um relatório final do projecto.



Handwritten signature

QUADRO DE MONITORIA E AVALIAÇÃO

De acordo com as políticas e procedimentos do programa esboçados no Guia do Utilizador do PNUD, o projecto será monitorado através do seguinte:

Dentro do ciclo anual

- Numa base trimestral, uma avaliação de qualidade deverá registar o progresso em direcção à conclusão de resultados chaves, com base em critérios de qualidade e métodos incluídos na tabela de Gestão de Qualidade que se segue mais adiante.
- Um Registo de Questões será inserido no Atlas e actualizado pelo Gestor do projecto para facilitar o acompanhamento e resolução de problemas de vulto ou pedidos de mudança.
- Baseado na análise inicial de risco submetida (ver anexo 1), um registo de risco será inserido no Atlas e actualizado regularmente pela análise do ambiente externo que possa afectar a implementação do projecto.
- Com base na informação acima referida registada no Atlas, Relatórios de Progresso Trimestrais deverão ser submetidos pelo Gestor do projecto aos membros do Comité Directivo do Projecto como Garantia do Projecto, utilizando o formato padrão de relatório disponível no "Executive Snapshot" do Atlas.
- Um registo de Lições Aprendidas do projecto deverá ser inserido no Atlas e actualizado regularmente para assegurar uma aprendizagem e adaptação permanentes dentro da organização, e para facilitar a preparação do Relatório sobre Lições Aprendidas no fim do projecto
- Um Plano com Prazos para Monitoria deverá ser inserido no Atlas e actualizado para fazer o seguimento de acções/acontecimentos chave de gestão

Anualmente

- **Relatório Anual de Revisão.** Um Relatório Anual de Revisão será preparado pelo Gestor do projecto e partilhado com os membros do Comité Directivo do Projecto e da Administração do Projecto. Como requisito mínimo, o Relatório Anual de Revisão deverá consistir do formato padrão do Atlas para o Relatório Trimestral de Progresso cobrindo todo o ano com informação actualizada para cada elemento acima mencionado do Relatório Trimestral de Progresso, assim como um resumo dos resultados alcançados contra metas anuais pré-definidas a nível de produtos.
- **Revisão Anual do Projecto.** Com base no relatório acima mencionado dever-se-á realizar uma revisão anual do projecto durante o quarto trimestre do ano ou logo a seguir, para avaliar o desempenho do projecto e avaliar o Plano Anual de Trabalho para o ano seguinte. No último ano, esta revisão será uma avaliação final. Esta revisão é conduzida pelos membros do Comité Directivo do Projecto e pode envolver outros interessados se necessário. Irá centrar-se na extensão do progresso registado para que os produtos sejam alcançados, e se estes permanecem alinhados com os resultados apropriados.

Gestão de Qualidade para os Resultados das Actividades do Projecto

Replicar a tabela para cada resultado de actividade do Plano Anual de Trabalho para fornecer informação sobre acções de monitoria com base em critérios de qualidade. A ser preenchida durante o processo "Definição de um Projecto". Esta tabela deverá ser mais aprimorada durante o processo "Início de um Projecto".

PRODUTO 1: Legisladores e parceiros relevantes sensibilizados sobre a necessidade de nova legislação prisional		
Resultado da Actividade 1 (Atlas Activity ID)	<i>Organização de uma conferência nacional com o objectivo de sensibilizar os legisladores e o público em geral</i>	Data de início: Março 2009 Fim: Dez. 2010
Objectivo	Consciencializar os legisladores, parlamentares e o público em geral sobre a necessidade de revisão da legislação prisional	
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> - Conferência com especialistas e parceiros relevantes sobre a legislação prisional - Reuniões entre o Parlamento e o projecto da Justiça com vista a se descobrirem as melhores formas de se sensibilizar os parlamentares sobre a necessidade de uma melhor legislação prisional. 	
Critérios de Qualidade <i>Como e com que indicadores a qualidade do resultado da actividade será medida?</i>	Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Que método será utilizado para determinar se os critérios de qualidade foram cumpridos?</i>	Data da Avaliação <i>Quando será realizada a avaliação de qualidade?</i>
<i>Conferência com especialistas e parceiros relevantes sobre a legislação prisional</i>	Participação de parceiros relevantes	1º Trimestre 2009
Reuniões entre o Parlamento e o projecto da Justiça com vista a se descobrirem as melhores formas de se sensibilizar os parlamentares sobre a necessidade de uma melhor legislação prisional.	Número de reuniões realizadas. Reuniões de acompanhamento	4º Trimestre 2009

PRODUTO 2: Quadro legislativo do sistema prisional emendado de acordo com a Constituição e com os princípios universalmente aceites de tratamento dos reclusos.		
Resultado da Actividade 1 (Atlas Activity ID)	<i>Elaborar nova legislação sobre a organização das prisões</i>	Data de início: Abril 2009 Fim: Dez. 2010
Objectivo	Capacitação do pessoal do SNAPRI e harmonização e sistematização da legislação para o sistema prisional de acordo com os instrumentos internacionais de reclusão.	
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> - Assistência técnica internacional - Seminário com parceiros relevantes sobre a revisão da legislação prisional (processo participativo) - Seminário para apresentação e validação do quadro legislativo proposto 	
Critérios de Qualidade	Método de Qualidade	Data da Avaliação

<i>Como e com que indicadores a qualidade do resultado da actividade será medida?</i>	<i>Meios de verificação. Que método será utilizado para determinar se os critérios de qualidade foram cumpridos?</i>	<i>Quando será realizada a avaliação de qualidade?</i>
Processo participativo para a recolha de informação	Participação de parceiros relevantes	3 ^o Trimestre 2009
Validação da legislação elaborada durante o seminário	Processo transparente com comentários submetidos por e-mail depois do seminário	2 ^o Trimestre 2010
Submissão da legislação elaborada ao Ministério da Justiça	Ofício (Cover letter) e proposta de legislação submetido ao Ministério da Justiça	3 ^o Trimestre 2010

PRODUTO 3: Introdução de alternativas à prisão em Moçambique		
Resultado da Actividade 1 (Atlas Activity ID)	<i>Desenvolvimento de nova legislação e regulamentos para a aplicação das alternativas à prisão.</i>	Data de início: Abril 2009 Fim: Dez. 2010
Objectivo	Reduzir a superlotação nas cadeias e promover a reabilitação social	
Descrição	<p>1) <i>Desenvolvimento de nova legislação sobre alternativas à prisão</i></p> <p>2) <i>Desenvolvimento de regulamentos para aplicação das alternativas à prisão</i></p> <p>a) <i>Criação da gestão do serviço comunitário e de estruturas administrativas para uma fase piloto nos distritos seleccionados</i></p> <p>b) <i>Desenvolvimento de orientações para identificação</i></p> <p>c) <i>Seleção e aprovação das instituições de colocação</i></p> <p>d) <i>Identificação de implementadores</i></p> <p>3) <i>Formação de implementadores</i></p>	
Critérios de Qualidade <i>Como e com que indicadores a qualidade do resultado da actividade será medida?</i>	Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Que método será utilizado para determinar se os critérios de qualidade foram cumpridos?</i>	Data da Avaliação <i>Quando será realizada a avaliação de qualidade?</i>
Submissão da proposta de legislação e regulamentos ao Ministério da Justiça	Ofício (Cover letter), legislação proposta e regulamentos submetidos	4 ^o Trimestre 2009
Formação eficiente sobre a aplicação das alternativas à prisão	Relatório do centro de formação	3 ^o Trimestre 2010

ANEXO 1: ANÁLISE DE RISCO

Utilize o formato padrão de Registo de Risco ([Risk Log template](#))

Referir-se ao "[Deliverable Description of the Risk Log](#)" para instruções

Acordos. Quaisquer acordos adicionais, tais como; acordos de partilha de custos, acordos de cooperação do projecto assinados com as ONG¹ (quando a ONG for designada como a "entidade executora") deverão ser anexados.

¹ Para projectos GEF (Global Environment Facility), o acordo com qualquer ONG pré-seleccionada para ser o "empregado" principal deverá incluir a justificação para a pré-selecção dessa ONG.